



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007750-02.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Cleusa Aparecida Alves**
 Embargado: **EMS S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora **Cleusa Aparecida Alves** propôs a presente ação contra as rés **EMS S/A e Massa Falida de Di Hosp Consultoria Empresarial Ltda**, requerendo o levantamento da arrecadação que recaiu sobre 50% do imóvel matriculado sob o nº 34.458, junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, levada a efeito nos autos da falência nº 0006502-33.2005.8.26.0566, alegando tratar-se de bem de família, onde a embargante reside com seus dois filhos há mais de 20 anos. Aduz que em processo de separação judicial restou acordado que o imóvel permaneceria com reserva de usufruto em sua totalidade em favor da autora.

O Ministério Público manifestou-se a folhas 41.

A corré EMS SA, em impugnação de folhas 42/43, alegou não ter nada a ver com a arrecadação, uma vez que, com a decretação da quebra, o interesse meramente individual da EMS SA em relação à massa falida deixou de existir. Pede, assim, seja julgada e autora carecedora da ação, uma vez que a EMS SA é parte ilegítima para compor o polo passivo.

A massa falida foi citada pessoalmente na pessoa de seu administrador judicial (folhas 52), todavia, não ofereceu resistência ao pedido (**confira folhas 53**).

Relatei. Decido.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O feito comporta julgamento antecipado, sendo impertinente a dilação probatória, tratando-se de matéria de direito.

De início, afasto a preliminar de carência da ação suscitada pela corré EMS SA, por se tratar de matéria de mérito.

No mérito, os embargos não merecem acolhimento.

Sustenta a embargante que restou acordado em processo de separação judicial que a autora permaneceria com o usufruto sobre a totalidade do imóvel matriculado sob o nº 34.458, junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, cujo domínio seria de ambos os separandos em partes iguais, pleiteando, nestes embargos, o levantamento da arrecadação que recaiu sobre 50% do imóvel, em razão da impenhorabilidade nos termos da Lei 8.009/90.

Verifica-se que, de fato, houve a arrecadação de 50% do imóvel objeto da matrícula nº 34.458, nos autos da ação de falência que tramita por este juízo sob o nº 1584/05 (**confira folhas 13**).

Ainda que a embargante não tenha instruído a inicial com prova de que o imóvel se encontra gravado com a reserva de usufruto junto ao Cartório de Registro de Imóveis, o usufruto permanece válido, tratando-se de mera irregularidade.

Todavia, a constrição de 50% do imóvel em questão em nada atingiu os direitos da usufrutuária, ora embargante, pois foi arrecadada apenas a nua propriedade da parte cabente ao devedor, não se podendo confundir a constrição da nua propriedade com a do direito de usufruto.

Assim, o usufruto gravado sobre imóvel não impede a penhora ou arrecadação da sua nua propriedade, ficando, inclusive, resguardado, após eventual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

arrematação ou adjudicação, o direito real da usufrutuária.

Nesse sentido:

“EMBARGOS DE TERCEIRO - Penhora Imóvel Usufruto Penhora que recaiu sobre parte ideal da nua-propriedade de imóvel em que reside a mãe do executado na qualidade de usufrutuária vitalícia Ação julgada procedente, livrando o bem dos atos de constrição, aos fundamentos de dignidade da pessoa humana, de proteção ao idoso, de se tratar de bem de família e da proteção ao direito de propriedade Insurgência por parte do Banco Acolhimento Penhora sobre a nua propriedade que não obsta ou impede o exercício do direito de usufruto, a teor do contido no art. 1.353/CC, impedindo, quando muito, venda cômoda, já que a alienação de bem não atingira o direito de usufruto Precedente do STJ Sentença reformada, invertidos os ônus da sucumbência Recurso provido. (Relator(a): Jacob Valente; Comarca: Sorocaba; Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 06/11/2014; Data de registro: 06/11/2014).”

“Ação monitória - Cumprimento de sentença - Desconsideração da personalidade jurídica da empresa - Penhora realizada em imóvel pertencente à agravante, bem como ao ex-sócio da empresa devedora - Decisão agravada que determinou a expedição de mandado de penhora e avaliação, bem como retificou a determinação a fim de que a penhora recaia sobre a totalidade do bem e, ainda, ordenou a avaliação do referido imóvel - Insurgência da agravante - Arguição de bem de família e que o imóvel está gravado com cláusula de reserva de usufruto em favor de sua genitora - A nua propriedade pode ser objeto de penhora e alienação em hasta pública, ressalvado o direito real de usufruto - Precedente do Col. STJ - Imóvel penhorável - Decisão mantida - Recurso não provido. (Relator(a): Marcia Dalla Déa Barone; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 10/10/2014; Data de registro: 11/10/2014).”

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o(a) autor(a) no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono da corré EMS SA, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

Ciência ao Ministério Público.

São Carlos, 30 de março de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**